

Governo veta compensações do ICMS, e educação e saúde sofrem novo golpe, diz CNTE

O presidente Jair Bolsonaro (PL) sancionou nesta quinta-feira (23) a Lei Complementar nº 194, que desonera parte do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), uma tentativa de reduzir os preços dos combustíveis e aumentar o valor mínimo do Auxílio Brasil para R\$ 600 até dezembro deste ano, mas vetou a compensação aos estados para manter os mesmos valores de gastos com saúde e educação.

A nova lei classifica como essenciais itens como diesel, gasolina, energia elétrica, comunicações e transporte coletivo e determina que os estados não podem cobrar taxa superior à alíquota, que varia entre 17% e 18%.

Em nota, a direção da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação criticou os vetos à compensação de gastos com saúde e educação, áreas essenciais na vida de milhões de brasileiros e brasileiras, que já vêm sofrendo com os cortes nos orçamentos.

Segundo a entidade, os vetos representam um forte abalo nas previsões orçamentárias de estados, Distrito Federal e municípios, que perderão quase R\$ 100 bilhões de suas receitas, em 2022, de forma abrupta e sem quaisquer mecanismos de compensação temporária ou permanente.

"A educação e a saúde foram afetadas diretamente com os dois vetos presidenciais, o que compromete tanto os investimentos como os custeios, inclusive



com folha de pagamento, nessas áreas sociais", diz trecho da nota, que conclama sua base para pressionar os parlamentares (deputados e senadores) a pautarem com urgência a derrubada dos vetos à LC 194, sobretudo os relativos às áreas sociais.

"Não podemos permitir que mais esse golpe contra maioria do povo brasileiro se concretize", diz a nota da CNTE, que considera a medida eleitoreira, sem qualquer impacto nos preços dos combustíveis e critica a verdadeira responsável pelos preços altos, que é a política de Preço de Paridade de Importação (PPI) da Petrobras, atrelada aos preços internacionais dos barris de petróleo e à cotação do dólar, criada no governo de Michel Temer e mantida sem qualquer alteração pelo governo Bolsonaro.

A nota também critica a privatização do pré-sal. Para a CNTE, outro golpe contra a Pe-

trobras e o povo brasileiro é o projeto de lei (PL) 1.583/22, encaminhado por Bolsonaro ao Congresso. O projeto prevê a venda antecipada de poços pertencentes à União ainda não explorados na camada Pré-sal, inclusive de áreas consideradas estratégicas, ao preço de R\$ 398 bilhões, desvinculando a Petrobras e a Empresa Brasileira de Administração de Petróleo e Gás Natural S.A - PPSA da exploração e comercialização dessas riquezas.

No próximo dia 12 de julho, a CNTE e a Federação Única dos Petroleiros (FUP) realizarão atos públicos em todo o Brasil, com mobilização no Congresso Nacional, contra o PL 1.583/22 e também contra os vetos de Bolsonaro às compensações de perdas do ICMS, com destaque para o cumprimento das previsões dos pisos constitucionais da educação e da saúde neste ano de 2022.

Servidores rebatem Bolsonaro sobre reajuste negado

O presidente Jair Bolsonaro voltou a enviar recado aos servidores públicos que ele considera "revoltados" por não ter reajuste salarial neste ano. Em conversa com apoiadores no cercadinho do Palácio da Alvorada nessa quinta-feira, 23, o presidente chegou a comparar a indignação da maioria dos servidores, com salários congelados há mais de cinco anos, a de um filho revoltado por não receber o presente escolhido no Natal. "É o filho que o pai está desempregado pedindo uma bicicleta no Natal. Não tem, por mais que ele mereça", comparou.

"É no mínimo uma comparação esdrúxula, mas que retrata bem o desrespeito desse governo para com os servidores desde o seu primeiro dia", comentou o secretário-geral da Condsef/Fenadsef, Sérgio Ronaldo da Silva. "Sim, seguimos revoltados com todo o desmonte, o desrespeito com servidores e os ataques sistemáticos desse governo aos direitos da população a serviços públicos", reforçou o secretário-geral.

Jornada de Luta em Brasília

Entre os dias 4 e 7 de julho servidores vão promover mais uma Jornada de Luta em Brasília. As atividades incluem vigílias, recepção a parlamentares e força tarefa pela recomposição dos orçamentos, reposição salarial, negociação coletiva e contra as privatizações.

Sobre os motivos de não conceder os 5% que ele e até mesmo seu ministro da Economia, Paulo Guedes, anunciaram como possível para 2022, Bolsonaro recorreu à pandemia de Co-

vid-19, a guerra na Ucrânia e a "ganância da Petrobras" como justificativas. O presidente voltou a declarar: "Me aponte onde tem dinheiro que eu dou".

"A ponte" da destruição

Para entidades representativas dos servidores públicos só não terá reposição salarial porque Bolsonaro não quer. Na Lei Orçamentária, foram destinados R\$ 37,6 bilhões para emendas parlamentares, dos quais R\$ 16,5 bilhões são do "orçamento secreto", além de R\$ 2 trilhões para pagar os juros da dívida pública. "A ponte de Bolsonaro é somente uma: a ponte da destruição. Destruição dos serviços públicos, direitos dos trabalhadores, qualidade de vida da população brasileira. É rumo ao retrocesso", aponta Sérgio.

A realidade da política implantada para o setor público nesse governo é a de arrocho salarial, menos concursos e sucateamento do serviço público. O governo Bolsonaro atingiu a menor marca da história em gasto com pessoal e pretende reduzir ainda mais.

Para os que acompanham a saga de idas e vindas e promessas vazias sobre reajuste para o funcionalismo, as declarações não chegam a representar uma surpresa. "Promessas infundadas se respondem na rua, na luta e na uma. É o que os servidores devem fazer", diz Sérgio.

Para o secretário-geral da Condsef/Fenadsef o foco dos servidores federais deve continuar sendo o de defender os serviços públicos brasileiros. "Queremos resgatar políticas públicas, concursos públicos, resgatar direitos", defende.

Condsef/Fenadsef



Mais de 70% das vagas perdidas eram ocupadas por mulheres


Das 825,3 mil vagas fechadas em 2020, 593,6 mil eram ocupadas por mulheres. Economista diz que problema é estrutural e histórico que penaliza mais as mulheres, principalmente em época de crise.

Matéria completa em
CUT.org.br/noticias

RECADASTRE-SE

QUANDO O SINDICATO NÃO POSSUI AS ATUALIZAÇÕES NECESSÁRIAS DE SEUS FILIADOS, TODA A CATEGORIA PERDE POIS NÃO RECEBE INFORMAÇÕES NEM ATUALIZAÇÕES DO MESMO. UM SINDICATO QUE ACOMPANHA AS MUDANÇAS E NOVIDADES, É UM SINDICATO ANTENADO E COMPROMETIDO COM SEUS FILIADOS.

PRECISAMOS QUE VOCÊ, ONDE QUER QUE ESTEJA, COLABORE CONOSCO.



ACOMPANHE NOSSAS REDES SOCIAIS

www.sindsep.org.br [@SindsepMaranhao](https://www.instagram.com/sindsepma) [Sindsep.MA](https://www.facebook.com/Sindsep.MA) [@SindsepMaranhao](https://www.linkedin.com/company/sindsepma) [SindsepMaranhao](https://www.youtube.com/channel/UC...)

APONTE SUA CÂMERA PARA O QR CODE E FAÇA SEU RECADASTRAMENTO

